

9 PRIORIDADES PARA LISBOA, CIDADE PARTILHADA.

I - DIREITO À HABITAÇÃO

A milhares de pessoas é negado o direito a viver em Lisboa. Os 40 mil habitantes que a cidade perdeu nos últimos anos é um exemplo acabado desse fenómeno. O concelho necessita urgentemente de uma política pública municipal que garanta o direito à habitação e que pare a galopante subida de preços no mercado imobiliário.

Se o problema está identificado os seus autores também têm rosto: chegou-se aqui por causa de um mercado imobiliário dominado pela especulação dos vistos gold, pelo alojamento turístico sem regras e pela Nova Lei das Rendas da ex-ministra Assunção Cristas.

Ao mesmo tempo, na Praça do Município, o atual presidente da Câmara do PS, Fernando Medina, decidiu vender centenas de milhões de euros de património da Câmara Municipal que podia ter sido convertido em casas para quem quer habitar a cidade.

Para responder à urgência na habitação, o Bloco propõe cinco medidas concretas:

i) Bolsa Municipal de Arrendamento

Para dinamizar e aumentar a oferta de habitação permanente e de qualidade a preços acessíveis, o Bloco propõe-se criar uma Bolsa Municipal de Habitação, mobilizando para esse efeito:

- a) Património habitacional do município;
- b) Património habitacional das entidades públicas;
- c) Habitação a custos controlados a surgir por via de nova construção ou reabilitação;
- d) Incentivos fiscais para proprietários particulares disponibilizarem os seus imóveis;

ii) Habitação Social digna

A Câmara Municipal de Lisboa tem a responsabilidade de ter habitação social digna, a baixo custo para as famílias com menores recursos e que não aprisione as pessoas em guetos sem serviços ou transportes. Com a crise, cada vez mais famílias passaram a carecer de apoio social, mas cada vez menos passaram a ter acesso. É preciso fazer um inventário rigoroso da habitação social que existe e pôr em marcha um programa de emergência para a reabilitação das casas que estão em más condições para as disponibilizar rapidamente para arrendamento social. Reabrir gabinetes de apoio

aos inquilinos municipais e envolver os moradores nas decisões tomadas em cada bairro será uma prioridade.

iii) Proteger a habitação da pressão turística e da especulação imobiliária

O licenciamento desenfreado de unidades hoteleiras e o alojamento turístico sem regras têm criado problemas sérios à cidade. A autarquia carece de um Plano Especial de Uso Turístico da Cidade que estude o fenómeno da pressão turística e proponha medidas regulatórias concretas para a salvaguarda da habitação e comércio local.

iv) Apoiar quem precisa de arranjar a casa

Muitos cidadãos vivem em casas arrendadas em condições físicas precárias. Em vários destes casos, arrendatários e proprietários não têm meios para proceder à reabilitação do edificado. O Bloco propõe-se a criar um programa municipal de incentivo e apoio aos senhorios para que as casas sejam reabilitadas e a qualidade de vida dos inquilinos melhorada.

v) Mais e melhores residências universitárias

Arrendar um quarto em Lisboa não pode significar uma segunda propina. Quem estuda na nossa cidade tem que encontrar soluções de arrendamento dignas e a baixos custos.

A Câmara Municipal de Lisboa deve articular-se com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as Instituições de Ensino Superior e as Associações de Estudantes para que sejam construídas novas residências universitárias e reabilitadas as existentes.

vi) Reanimar o modelo cooperativo para quem procura casa

O município é proprietário de muitos edifícios que necessitam de obras e que pode ceder em direito de superfície, condicionando o uso à habitação.

A Câmara Municipal de Lisboa deve estabelecer acordos com cooperativas que se disponham a fazer a reabilitação destes edifícios. O valor das rendas e o prazo de cedência deve ser ajustado em função do valor das obras. Terminado o prazo, o imóvel reverte para a autarquia.

2 - TRANSPORTES E MOBILIDADE

Agilizar a mobilidade na cidade de Lisboa é um dos principais desafios colocados aos órgãos de governo municipal. Em termos europeus, os lisboetas são dos mais insatisfeitos com a rede de transportes coletivos ao seu dispor e, ao mesmo tempo, dos que enfrentam movimentos pendulares e tempo despendido entre casa e trabalho mais longos.

O governo de Passos Coelho e Assunção Cristas esforçou-se para entregar os transportes públicos a interesses privados e, por isso, promoveu uma campanha de desinvestimento e degradação dos seus serviços. A política de austeridade nos transportes teve pesadas consequências: a título de exemplo, até 2013, o Metro de Lisboa e a Carris tinham perdido 65 milhões de passageiros.

Para o Bloco de Esquerda é uma questão de princípio que os transportes públicos sejam propriedade pública e que a Câmara Municipal de Lisboa e o Estado central devam garantir que estes correspondam às necessidades dos cidadãos.

A urgência está em transformar os transportes públicos no meio mais eficaz para circular em Lisboa. Com esse objetivo, o Bloco apresenta seis prioridades:

i) Autocarros e elétricos: mais horários e carreiras

Quem se desloca de autocarro sabe que espera demais e que existem horários e zonas de Lisboa onde a oferta é insuficiente. São precisos horários e carreiras que se articulem com os outros transportes para que a circulação se faça com tempos de espera mínimos.

É necessário investir nos elétricos para melhorar o serviço público nas zonas sobrecarregadas pelo turismo e criar novas linhas: estender o 15 da Praça da Figueira até ao Parque das Nações e iniciar a coroa circular norte ligando o aeroporto a Algés.

ii) Fazer crescer a rede do Metro e aumentar a sua frequência

Anos seguidos de políticas de austeridade degradaram a oferta do Metro de Lisboa. Não existem composições suficientes em circulação, as carruagens estão sobrecarregadas de utentes nas horas de ponta, os períodos de espera superiores a 15 minutos banalizaram-se e as perturbações nas linhas tornaram-se cada vez mais frequentes. É necessário aumentar o investimento no Metro de Lisboa, diminuir o tempo de espera e aumentar o número de carruagens em circulação.

Para além disso, o Metro de Lisboa tem que chegar a todas as zonas da cidade. O município, que deve passar a participar ativamente na gestão do Metro de Lisboa, deve defender a sua expansão para a zona ocidental da cidade, integrando desta forma na sua rede as freguesias de Campolide, Campo de Ourique, Alcântara, Ajuda e Belém.

iii) Passes intermodais e acessíveis

A política tarifária de transportes deve ter um objetivo estratégico: a tarifa livre, a defesa da gratuitidade da utilização de transportes públicos na cidade por toda a sua população residente e presente. Só assim se poderá caminhar para a substituição progressiva do transporte individual e para uma cidade ambientalmente sustentável.

No plano imediato, é necessário assegurar o começo deste caminho com a criação de um passe gratuito para a população sénior, desempregados e estudantes e aprofundar a intermodalidade dos passes e disponibilizar bilhetes a valores acessíveis.

iv) Estacionamento com sentido

Quem vive fora de Lisboa mas cá trabalha deve ser incentivado a não trazer o seu automóvel para a cidade. A Câmara Municipal deve desenvolver parcerias com os concelhos vizinhos e com as empresas de transporte coletivo, tendo em vista a construção de parques de estacionamento gratuitos à porta da cidade com acesso direto às redes de transporte de autocarro ou metro.

Nas zonas da cidade onde existe maior dificuldade em estacionar, o município tem que garantir alternativas para os residentes firmando protocolos com entidades privadas, que tenham utilização exclusivamente diurna dos seus espaços, com proprietários de terrenos disponíveis inutilizados e com entidades públicas que disponham de espaço para o efeito.

v) Bicicleta: mobilidade alternativa

A rede de ciclovias e de estacionamentos tem de ser expandida com envolvimento da comunidade de utilizadores para que a bicicleta possa ser uma alternativa de segurança.

O Bloco de Esquerda defende a concretização de uma rede de bicicletas partilhadas que esteja interligada com os transportes públicos.

vi) A pé, com segurança

Quem anda a pé ou se desloca com mobilidade reduzida não pode ser excluído do gozo pleno da cidade. O alargamento dos passeios com pavimentos mais regulares, o combate ao estacionamento selvagem, a generalização dos semáforos inteligentes que privilegiam o sinal verde para os peões e a criação de mais áreas pedonais e de zonas de velocidade reduzida a 30 km/h são medidas necessárias para aumentar a segurança dos peões e promover mais e melhor cidadania.

3 - TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

Lisboa tem de ser uma cidade moderna onde a transparência e o acesso à informação convidam os cidadãos a ser parte ativa da política municipal. Para além disso, a transparência e a participação são as melhores para o combate à corrupção.

As oito linhas de força desse projeto são:

i) Registo de interesses dos eleitos locais

O Bloco defende a criação de um registo de interesses dos eleitos locais disponível para consulta.

ii) Prestar contas de forma transparente

Os órgãos do município de Lisboa devem prestar contas da sua atividade, de forma regular, pública e acessível. Nessa medida, o Bloco propõe:

- a) A disponibilização na internet de todas as ordens de trabalho, propostas apresentadas e atas das reuniões dos órgãos do município, devendo as ordens de trabalho e propostas estar disponíveis antes da realização das reuniões;
- b) A disponibilização na internet de todos os projetos e intervenções no espaço público e informação sobre as pretensões dos particulares solicitadas à Câmara Municipal de Lisboa, devidamente georeferenciadas, para que possam os cidadãos apresentar as suas sugestões e reclamações;
- c) A disponibilização na internet de toda a informação sobre contratação pública e financiamento do município a atividades de entidades privadas, designadamente a atribuição de apoios e subsídios;

iii) Contratação externa e ajustes diretos

O município de Lisboa dispõe de excelentes trabalhadores, possuindo quadros técnicos habilitados a prosseguir a generalidade das suas atividades. O recurso à contratação pública para a contratação de serviços, em especial de consultadoria, deve ser reduzido ao mínimo, assegurando-se, em nome da transparência, a redução do recurso a procedimentos de ajuste direto.

iv) Referendos locais: mais democracia

O Bloco de Esquerda defende que as grandes decisões e obras estruturais do município devem ser objeto de decisão popular direta.

v) Orçamento participativo reforçado e para cumprir

O Orçamento Participativo deve ser desenvolvido, aumentando-se a sua dotação financeira e alargando os seus mecanismos de participação. A par do alargamento da participação a maiores de 16 anos, a participação deve ser alargada a estrangeiros residentes e a quem não residindo, trabalha em Lisboa.

vi) Património Imobiliário Municipal e transparência

A Câmara Municipal de Lisboa, além de competente para o planeamento e gestão urbanística é ainda o maior proprietário fundiário da cidade. A conjugação destas duas situações exige transparência, por forma a prevenir conflitos de interesses e situações menos claras no exercício dessas duas funções.

O Bloco de Esquerda defende que as manifestações de interesse de particulares relativamente ao património municipal seja devidamente registado e que possa ser cruzado com os dados de planeamento e gestão urbanística, devendo tais dados ser publicados.

4 - LISBOA SOLIDÁRIA: RESPEITAR OS IDOSOS E COMBATER A POBREZA

Um terço da população de Lisboa tem mais de 60 anos e 3 em cada 4 seniores têm mais de 75 anos. Em Lisboa, 1 em cada 5 pessoas é pobre, tendo empobrecido ainda mais nos anos da austeridade PSD/CDS, mas a Câmara Municipal, de maioria absoluta do PS, apoia hoje menos pessoas do que há cinco anos atrás.

Para uma política social de proximidade, o Bloco propõe:

i) Acabar com a solidão e o isolamento

38% da população da cidade tem dificuldade em ver, mexer-se, vestir-se sozinho, tomar banho ou confeccionar uma refeição. É preciso um serviço municipal de apoio domiciliário, que se expanda por todo o concelho, em parceria com as unidades e centros de saúde, juntas freguesia e outras entidades coletivas de utilidade pública para ajudar com a alimentação, cuidados de saúde e higiene de quem precisa.

ii) Proteger do frio e ajudar nos pequenos arranjos

Muitas famílias, especialmente os mais idosos em casas antigas, não conseguem manter as casas quentes por falta de recursos. É preciso um plano de eficiência energética para reduzir a fatura da eletricidade e garantir o conforto. A Câmara, em conjunto com as juntas de freguesia, deve criar

equipas para fazer pequenos arranjos em casa, na canalização, na eletricidade, nas telecomunicações, onde pequenas coisas podem aumentar muito a qualidade de vida.

iii) Programa de emergência social

Não se sabe com rigor quantas pessoas estão em situação de pobreza em Lisboa e onde estão. O município deve assumir a responsabilidade de conhecer a realidade da pobreza e criar um Programa de Emergência Social em conjunto com o Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa.

Muitas pessoas carenciadas são barradas dos apoios à pobreza pela burocracia e porque não sabem onde se dirigir. O município, em conjunto com a Segurança Social, deve ter uma rede assistentes sociais que ajudam as famílias e indivíduos mais carenciados a conseguir apoio.

iv) Integração das pessoas sem-abrigo

A Câmara Municipal de Lisboa não se pode demitir das suas responsabilidades para com as pessoas sem-abrigo e externalizar toda a ação para o terceiro setor. O aprofundamento da crise enviou muitas pessoas para as ruas de Lisboa. É necessário um plano sério de integração destes cidadãos, garantindo que existem locais onde podem dormir, comer e progredir na sua integração social e profissional.

5 - ESCOLAS: MAIS E MELHORES LOCAIS PARA AS CRIANÇAS

A Câmara Municipal de Lisboa é responsável pelas creches e escolas do 1º e 2º ciclos da cidade, tendo sobre a sua tutela as instalações, os recursos humanos e a alimentação escolar.

Para melhorar a intervenção da Câmara Municipal de Lisboa, o Bloco propõe:

i) Mais creches para todos

Em 2009, o município fez um levantamento rigoroso e definiu como objetivo abrir 60 novas creches. Oito anos e duas maiorias absolutas depois foram abertas apenas 12. Hoje, é mais caro ter uma criança numa creche do que na faculdade e a oferta, pública ou do terceiro setor, está longe de responder satisfatoriamente à procura.

Em quatro anos, o Bloco de Esquerda propõe-se criar pelo menos 48 novas creches públicas municipais. Uma cidade que quer fixar novas famílias precisa de uma oferta pública de qualidade.

ii) Melhor alimentação nas escolas

Em muitos refeitórios das escolas de 1º e 2º ciclos as cozinhas foram desativadas e são empresas de *catering* que fornecem as refeições. Pouca comida, de má qualidade e alimentação fornecida em caixas e talheres de plástico são as queixas mais comuns dos

pais. É preciso que o município assuma a responsabilidade da qualidade e quantidade da comida nas escolas e que o pequeno-almoço e o lanche também seja fornecido às crianças. Além disso, a política de alimentação deve privilegiar o consumo de produtos locais e, sempre que possível, biológicos.

iii) Apoiar as famílias nas férias escolares

Durante as férias escolares são muitas as famílias que não têm onde deixar as crianças. É preciso que as instalações das escolas se mantenham em funcionamento nesse período e que exista uma boa oferta de atividades culturais, desportivas e de lazer a preços reduzidos para que as férias escolares não sejam um encargo financeiro adicional para as famílias.

iv) Simplificar a vida de pais e mães

Nas escolas os pais são obrigados a pagar a diversos fornecedores na cantina, nas AEC's, nos CAF e cada um tem um método de pagamento diferente e horários diferentes. É preciso simplificar a vida de pais e mães: os encarregados de educação devem pagar os serviços unicamente à Câmara Municipal via internet ou na escola.

6 - PROMOVER O EMPREGO, COMBATER A PRECARIEDADE

As políticas de austeridade fizeram o desemprego crescer 30% em Lisboa e a precariedade tornou-se a norma nas relações laborais. A Câmara Municipal de Lisboa tem de ter políticas públicas de apoio ao emprego, combate à precariedade e dar um bom exemplo. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe:

i) Município com precariedade zero

O Bloco de Esquerda propõe a realização de um estudo detalhado sobre o recurso a formas de contratação precárias na Câmara Municipal de Lisboa, nas empresas municipais e nas juntas de freguesia.

A identificação de vínculos desta natureza deve auxiliar uma política de integração de todos os precários no quadro da respetiva autarquia ou empresa municipal. Lisboa tem a obrigação de se transformar num município com precariedade zero.

ii) Responsabilidade social na contratação pública e na concessão de subsídios e benefícios fiscais

A concessão de apoios, benefícios fiscais e a aquisição de bens e serviços pela Câmara Municipal de Lisboa a empresas ou outras entidades devem ter como condição o respeito

pelas regras de combate à precariedade laboral, sendo excluído quem recorrer à subcontratação, a baixos salários, vínculos instáveis e não adote políticas de discriminação de género ou de integração laboral de pessoas com deficiência.

iii) Conselho do Emprego de Lisboa

Para fomentar o emprego é preciso juntar as forças sociais do concelho para criar um plano para o emprego. O município deve convocar os representantes do mundo do trabalho, das associações e do terceiro setor para propor políticas de fomento do emprego digno na cidade.

iv) Qualificar para criar emprego

Lisboa é uma cidade de oportunidades, mas é preciso que a riqueza criada seja partilhada com emprego e melhores salários. A Câmara Municipal deve incentivar a fixação de empresas geradoras de emprego estável e atuar em parceria com o IEFP para combater ativamente o desemprego e apoiar quem pretende trabalhar na cidade.

7 - CULTURA NO EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE

A cultura é um direito fundamental que deve ter dois pólos: a disponibilização de uma oferta diversificada e de qualidade, que garanta o acesso universal, e a criação de condições para a livre criação artística. Para a cultura ser um direito de acesso pleno na cidade de Lisboa, o Bloco de Esquerda propõe:

i) Passe Cultural

Criar um Passe Cultural em parceria com as instituições culturais da cidade que permita o usufruto, a custos acessíveis, dos teatros, museus e salas de espetáculo.

ii) Juntar os agentes culturais

Criar uma estrutura de participação de todos os agentes culturais, que atuam na cidade, para melhorar e democratizar a oferta.

iii) Expandir a rede de Bibliotecas Municipais

Expandir a rede, dotá-las de wi-fi e criar um período noturno, com programação cultural, para dar vida às bibliotecas da cidade, que devem ter horário alargado para permitir utilização pós-laboral.

iv) Fortalecer a Rede de Teatros Municipais

É preciso garantir estabilidade às companhias teatrais em espaços camarários, reforçar o financiamento do Teatro Municipal São Luíz e do Teatro Maria Matos.

v) Apoiar a criação cultural - Espaço Liberdade para Criar

Implementar uma rede de espaços destinados a acolher artistas e organizações culturais não profissionais ou profissionais que não dispõem de espaço de ensaio e criação, permitindo-lhes melhores condições para o exercício das suas atividades.

8 - AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Lisboa é uma das cidades com pior qualidade de ar e com mais ruído da Europa. A Avenida da Liberdade é uma das ruas mais poluídas do continente. Lisboa tem mais espaços verdes, mas muito foi deixado para trás com prejuízo para o ambiente e para a saúde de quem aqui vive. Lisboa precisa de um verdadeiro “plano verde”:

i) Comercialização Municipal de Energia

A Câmara Municipal de Lisboa é proprietária e concedente da rede de distribuição de eletricidade em média e baixa tensão. No entanto, a organização do Setor Eléctrico Nacional impõe que a atividade de distribuição seja separada da atividade de comercialização de energia eléctrica, pelo que, independentemente da municipalização da gestão da rede de distribuição, pode o município de Lisboa, através de uma entidade integrada no Setor Empresarial Local promover a comercialização de energia eléctrica e gás natural.

Sendo a Câmara Municipal de Lisboa um grande consumidor de energia, pode beneficiar de ter uma empresa por si detida para a distribuição e fornecimento de electricidade e gás natural ao município e às entidades que integram o seu Setor Empresarial Local, alargando essa atividade aos municípios, com tarifas atrativas e com pendor social.

ii) Limpar o Ar

O Bloco pretende criar condições preferenciais para a utilização de transportes públicos, com veículos de emissão zero ou com reduzidas emissões, a par da criação de zonas de baixas emissões em áreas urbanas sensíveis como escolas, hospitais e jardins para melhorar a qualidade do ar na cidade.

iii) Energia solar e eficiência energética

A eficiência energética permitirá a redução dos consumos de energia com consequentes benefícios ambientais e económicos.

A Câmara Municipal de Lisboa deve estabelecer um plano para a eficiência energética do seu património imobiliário, priorizando tal intervenção nos bairros sociais. De igual forma, o património municipal deve ser utilizado para a produção de energia elétrica, através de micro-geração fotovoltaica.

Esta estratégia de sustentabilidade energética deve ainda ser assumida nas normas regulamentares relativamente às operações de particulares, impondo de forma ponderada a adopção destas medidas quando seja pedido à Câmara Municipal o licenciamento de operações urbanísticas.

iv) Promover a reutilização, aumentar a reciclagem

Os resíduos produzidos por uma cidade com a dimensão de Lisboa são um enorme problema com o qual é preciso lidar. O município tem de insistir na divulgação de campanhas pela reutilização e reciclagem garantindo os meios para que os lisboetas o possam fazer. Ecopontos permanentemente cheios são um desincentivo à cidadania verde.

v) Diminuir o ruído

Lisboa tem dos piores indicadores de ruído da Europa. É preciso proteger as populações que vivem junto a transportes (aéreos, ferroviários e rodoviários) do ruído nocivo. Em 2015, a Quercus identificou que o ruído causado pelo metro de Lisboa faz mal à saúde dos passageiros, pelo que é responsabilidade do município atuar.

vi) Dar o exemplo

Os eleitos municipais devem dar o exemplo e deslocar-se preferencialmente de transportes públicos ou bicicleta. Os eleitos do Bloco assumem esse compromisso.

9 - LISBOA PARA TOD@S

Lisboa tem de ser um espaço de abertura, respeito e combate a todas as formas de discriminação. A cidade tem de ser o local onde os direitos são iguais.

i) Lisboa feminista: fim da violência contra as mulheres

Lisboa deve ser declarada área de tolerância zero para com a violência de género. Para além de melhorar os mecanismos de apoio, a Câmara Municipal de Lisboa deve reforçar o número de casas-abrigo para vítimas de violência de género.

ii) Lisboa de todas as culturas

Lisboa cruza muitas culturas e origens. Essa diversidade tem de ser sublinhada, valorizada e respeitada. A Câmara tem de apoiar e promover iniciativas que desenvolvem o combate ao racismo e à xenofobia.

Os apoios municipais devem concentrar-se nas necessidades das comunidades estrangeiras e seus descendentes. O planeamento urbano tem de romper com a lógica dos guetos. Em articulação com outras instituições públicas, promover incentivos no acesso ao emprego e ensino para jovens de comunidade de minorias étnicas. O Bloco propõe a criação da Casa da Diversidade, espaço de encontro e promoção da interculturalidade.

iii) Lisboa promotora dos direitos LGBT+

O município deve valorizar a marcha LGBT, o arraial pride e outras iniciativas promovidas pela comunidade LGBT+. Mas, também deve ajudar ativamente quem é vítima de discriminação.

O Bloco de Esquerda defende a abertura de um Centro Municipal de Acolhimento e Cidadania LGBT+. Um espaço que defenda e promova os direitos humanos e que ajude e albergue vítimas de discriminação e violência, preste apoio social e psicológico e disponibilize aconselhamento jurídico.

iv) Lisboa acessível a todos

O plano de acessibilidade pedonal contou com o apoio e participação do Bloco de Esquerda, mas as dificuldades de quem se desloca na cidade são ainda muitas. No decorrer do próximo quadriénio, a Câmara Municipal de Lisboa tem que pugnar pela eliminação definitiva de todas as barreiras arquitetónicas existentes no espaço público e nos principais edifícios de acesso público.

v) Lisboa cidade abrigo

Lisboa é historicamente uma cidade que acolhe todos os povos e faz dessa diversidade a sua identidade. Num momento em que o mundo atravessa uma das maiores crises de refugiados, desde que há memória, precisamos de um município de portas abertas e criador de condições para receber quem foge da miséria, da fome e da guerra.

vi) Lisboa amiga dos animais

A Câmara Municipal de Lisboa deve promover campanhas de sensibilização junto da população, fomentar a adoção de animais abandonados e criar um equipamento móvel de esterilização e socorro veterinário que intervenha em toda a cidade. Por outro lado, a Provedoria dos Animais tem que ser dotada de meios técnicos e financeiros para poder assumir com independência a plenitude da sua missão.

Dá as tuas sugestões em: lisboa.bloco.org